

002ª COSMAM 20FEV2024

Pauta: Dengue, fiscalização, combate, ações e vacina.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): (10h14min) Bom dia a todos. Damos início a mais uma reunião ordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a pauta é sobre a dengue, proposta pelo Ver. Aldacir Oliboni. Quero cumprimentar o meus colegas, a Ver.^a Cláudia e o Ver. Ramiro, que estão presentes para esta plenária. Registro as presenças e convido a comporem a Mesa: a Sra. Maria Celeste, superintendente estadual do Ministério de Saúde do Rio Grande do Sul, ex-vereadora e ex-presidente desta Casa; o Dr. Daniel Wolff, representando o Simers; a Sra. Fernanda Fernandes, representante da Secretaria Municipal de Saúde; do Sr. Marcelo Fernandes, assessor para assuntos parlamentares da Secretaria Municipal da Fazenda; a Sra. Cláudia Canatta, da Associação dos Agentes Comunitários; o Sr. Waldir Bohn Gass, do Conselho Municipal de Saúde; o Sr. Adão Clóvis Chaves Machado, agente comunitário de saúde; da Associação Gaúcha dos Trabalhadores da Saúde, Carlos Renato Vieira Rodrigues; e citar ainda que está aqui presente na nossa reunião a Roxana Nishimura, que é chefe da Unidade de Vigilância Ambiental e médica veterinária; também o Sindisaúde, o presidente Julio Cesar Jesien; quem mais chegar pode se anunciar aí para a nossa assessora; também está presente o vereador de outra comissão, o Ver. Jonas Reis.

Bem, este tema está em todas as manchetes e estamos convivendo em vários municípios no Brasil, são muitas as notícias. Então eu selecionei um tema, e hoje nós estamos com uma boa representação aqui, para maiores confirmações, contestações ou até complemento ao que nós temos pesquisado. O que diz a mídia? Que o Brasil atingiu a marca de 113 mortos por dengue em 2024 e tem uma escalada histórica da doença; 438 óbitos em investigação de acordo com o Ministério da Saúde; também foi registrado 653,6 mil casos prováveis, uma alta de 294% em comparação com o mesmo período de 2023; e se projeta que o País pode atingir 4,2 milhões até o final do ano. Bem, aqui consta que o Ministério da Saúde não prevê para este ano a inclusão de municípios gaúchos na

aplicação da vacina contra a dengue pelo SUS. O Rio Grande do Sul e outros dez estados ficaram de fora do calendário da imunização divulgado quinta-feira, dia 25. Critérios utilizados, de acordo com a pasta, foram municípios de grande porte, com alta transmissão de dengue registrada em 2023 e 2024. E, também, sobre o Rio Grande do Sul, 90% dos municípios enfrentam infestações do mosquito *Aedes aegypti*, que ele transmite além da dengue, a chicungunha e a zika. Em 2024 foram registradas 5.163 notificações de casos suspeitos de dengue, sendo que 2.534 estão confirmados; dois óbitos por dengue também foram confirmados. Ainda sobre a vacina da dengue, o que falam? Falam que a vacina da dengue, do Butantan, que tem eficácia muito satisfatória, mas ainda está em desenvolvimento e aprovação pela Anvisa, e a primeira remessa, com cerca de 757 mil doses, chegou ao Brasil no dia 20 de janeiro. O lote faz parte de um total de 1.032 milhão doses fornecidas pela Farmacêutica. Além desse número, o Ministério da Saúde adquiriu 5.200 milhões doses para 2024, e, para 2025, 9 milhões. E, aí, calculando, se nós temos, pelo último o censo, 203 milhões de habitantes, 10% dessa população tem mais de 65 anos, que não é recomendada a vacinação; isto conforme as últimas notícias. Então são essas informações para nós iniciarmos o debate aqui na nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente nesta data de hoje. Vamos passando já a palavra inicialmente para os vereadores.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está me falando que ele é o proponente. Sim, eu iniciei falando, eu não esqueci que o Ver. Oliboni é o proponente, e é uma pauta excelente.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Com certeza, nobre colega, saúdo aqui a Ver.^a Lourdes, presidente desta comissão, os colegas, vereadores: Ramiro Rosário, Cláudia Araújo, nós temos também a Ver.^a Mônica Leal e a Ver.^a Tanise Sabino que está chegando, e tem aqui também o Ver. Jonas Reis, que faz parte

também de outras comissões, mas está conosco. Quero saudar aqui a todos os nossos convidados desta manhã. Como a presidente falou, é uma reunião muito representativa, além de termos aqui a ex-vereadora, ex-presidente da Casa, a Maria Celeste, seja bem-vinda; temos também a Fernanda Fernandes que fala pela Secretaria Municipal da Saúde; entidades, aqui representadas, desde o Sindisaúde, com o Julio, como a Cláudia Canatta também da associação dos trabalhadores, como também do Conselho Municipal de Saúde aqui o companheiro Waldir Bohn Gass; a todos os cidadãos que estão aqui e estão acompanhando a nossa comissão.

Quando nós voltamos do recesso, o assunto que mais se falava aqui na Câmara era sim a questão de uma possível epidemia do mosquito da dengue em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, como no Brasil afora. Diante das inúmeras notícias que ora saíam pela imprensa, como a própria presidente aqui falou, houve uma enorme preocupação desta comissão em pautar um assunto tão importante como este, para saber qual o comportamento e ações que o governo municipal está desenvolvendo, e o que que nós, vereadores ou trabalhadores ou gestores, estamos avaliando no momento. Ontem, nós tivemos a grata surpresa de termos aqui no plenário o secretário municipal de saúde falando sobre ações que estão se desenvolvendo e qual é o plano de ação de combate ao mosquito da dengue, chicungunha e assim por diante. Mas, claro, tem crítica de ambos os lados; pode ter crítica com relação ao governo federal como pode ter crítica em relação ao governo municipal, e é natural que, numa reunião como esta, nós possamos debater esse assunto com certa responsabilidade. Eu falo em certa responsabilidade, porque a medida em que o mapeamento feito na cidade de Porto Alegre não é 100%, não há como dizer se é epidemia ou não; ou há uma epidemia em Porto Alegre. Se há uma epidemia, ou estamos caminhando para isso, quais as ações concretas do governo municipal para poder se cadastrar à resolução feita pelo Ministério da Saúde, a 1.360, que trata sobre o que os estados e municípios podem fazer para aderir aos recursos disponíveis do Ministério da Saúde? Esses recursos não são poucos; é 1,5 bilhão para todo o Brasil, mas só pode acessar esses recursos

para quem de fato se inscrever e justificá-los, como, por exemplo, eu poderia dizer que lá na resolução, no art. 8º, um dos incisos diz que os recursos do custeio poderão ser destinados a pagamento de pessoal, à aquisição de medicamentos, logística e outra despesas correntes no âmbito da resposta à emergência. Porto Alegre está em situação de emergência? Pelo que eu ouvi do secretário ontem, não. Então, não vai aderir a esses tantos recursos disponíveis do Ministério da Saúde? Como está o mapeamento disso? Eu preciso ouvir os sindicatos. Eu preciso ouvir os agentes de endemias. Eu preciso ouvir a sociedade, porque, ali na frente, dez dias, quinze dias, do jeito que estão as coisas, e que, embora exista um enorme esforço – e a gente percebeu – do próprio governo municipal, do governo estadual, do governo federal, parece que ainda aquela ideia de pulverização para combater o mosquito não está acontecendo em Porto Alegre. Nós vimos todo dia pela imprensa relatos em todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul. E quais as ações concretas do governo municipal em Porto Alegre? Esse é o grande nó da questão de nós podermos mostrar aqui, e o governo municipal terá a possibilidade de dizer se está a contento ou não. Vou dar alguns exemplos: não é o agente comunitário de saúde que combate o mosquito; é o agente de endemias. Tem 81 agentes de endemias em Porto Alegre, com 1,4 milhão de pessoas. Foram feitas averiguações em todas as casas? Tenho certeza de que não, e me perdoem se vocês fizeram, mas tenho certeza de que não. E aí se justifica esse número tão pequeno, sendo que a capital que menos tem a corretiva tem 300 agentes de endemias? Essa é a dura realidade. Por que não o governo aderir a um programa tão importante para poder trazer os recursos, para poder subsidiar essa questão? É a primeira pergunta e o primeiro questionamento, com todo o respeito. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Eu quero pedir que façam dos seus assentos a extensão da Mesa, a nossa procuradora do Município, que está aqui representada, Jussara Bratz; o Conselho Regional de Farmácia; a Sra. Milena Bittencourt do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; e do

Pauta: Dengue, fiscalização, combate, ações e vacina.

Conselho Regional de Farmácia, a diretora Giovana Ranquetat Fernandes.
Passo a palavra para a Ver.^a Cláudia.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos. Bom dia, Fernanda, da Secretaria da Saúde; querida Celeste, seja bem-vinda à nossa Casa; Marcelo e todos os demais membros que compõem a Mesa; meus colegas Ver.^a Tanise e Ver. Ramiro; Presidente Lourdes; Oliboni; Jonas Reis. É importante essa pauta que o Ver. Oliboni traz e que é de todos nós. É uma pauta da cidade, é uma pauta das pessoas. Eu estava olhando agora uma notícia de que nós tivemos a quarta morte por dengue. E quantas mais virão? A gente não sabe quantas mais a gente terá. É muito importante a gente entender a questão da vacina, Celeste. Eu acho que é importante tu esclareceres essa questão. Por que o Rio Grande do Sul não vai receber a vacina ou não receberá até então? Acho que tem que ficar muito claro isso para a gente não se sentir descartado. Somos um grande foco, temos um projeto aprovado e sancionado que é de minha autoria, que autoriza os agentes de endemia a entrarem nos espaços públicos e privados, onde nós trabalhamos no ano passado a questão de um decreto junto com a Fernanda, com o Fernando Ritter, com a Vigilância Sanitária, com o prefeito, para que a gente pudesse ter esse decreto. Mas ele ainda é falho, ele ainda deixa a desejar no sentido de que a gente não se sente apto a entrar em alguns tipos de residência. Eu fiz uma proposta de que nós tivéssemos os drones, inclusive eles fizeram amostras aqui para nós que nós comprássemos os drones, porque agora tem drones que têm as garras e que podem largar os cloros dentro das piscinas sem invadir as residências. Então, passa por cima, larga na piscina, isso também já ajuda. Nós estamos juntos para buscar todas as alternativas possíveis e viáveis, e os agentes de endemia são peça fundamental nessa construção. Nós aprovamos 81 na Câmara, porque senão talvez nem 81 nós tivéssemos e nós sabemos que é um número infinitamente menor do que a nossa necessidade, porque nós precisamos muito mais do que isso. Então, eu acho que nós precisamos, sim, dialogar com relação a isso, conversar com a Secretaria da Saúde para que a gente, junto com o prefeito,

possa ampliar esses números através lá da SMAP, que a gente possa trazer mais agentes, porque isso não é uma brincadeira. Nós estamos lidando com vidas, com pessoas e que podem morrer amanhã em função de um mosquito que nós não conseguimos dominar. Eu acho que a gente tem que ouvir todos, mas que a peça fundamental é: Por que nós não vamos ter a vacina que é tão importante como prevenção? A gente falou tanto na questão da vacina, quando tivemos a covid, e agora a gente precisa falar na vacina preventiva contra a dengue. Muito obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Anunciar também a presença da Ver.^a Tanise e passar a palavra para o Ver. Ramiro.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PRD): Bom dia a todos, saudar nossa Presidente desta comissão, Ver.^a Lourdes. Saudar os demais colegas desta comissão, os convidados, o público que está aqui. Dizer que eu me atrasei um pouquinho, porque eu estava antes na Secretaria Municipal de Educação, SMED, tratando de um programa, o programa Incluir+POA, que é um programa que tem psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, pedagogos nas escolas, que também é uma pauta bem importante. Estávamos ajustando alguns detalhes desse programa. Mas sobre essa pauta, quero te parabenizar, Ver. Oliboni, porque, como já foi dito, essa é uma pauta de todos da nossa cidade, e esse tema da dengue é algo que nos preocupa muito devido ao aumento de números de casos na cidade. Eu tenho alguns dados aqui de números de pesquisas em termos de Rio Grande do Sul. Nas primeiras cinco semanas de 2024, foram 18 vezes mais casos de dengue notificados e confirmados que no mesmo período de 2023. Já, em Porto Alegre, o número de casos e suspeitas da dengue é equivalente a dez vezes mais na comparação com o mesmo período do ano passado. Porto Alegre já soma mais de 51 casos confirmados dessa doença e 911 suspeitos. Então, eu digo que o caso da dengue, essa questão da dengue não escolhe classe social ou bairro; está em toda a cidade, em todo o nosso Estado, no Brasil, enfim. Mas, falando de Porto Alegre, eu tenho

dados aqui que 42 bairros de Porto Alegre apresentam níveis críticos de infestação pelo mosquito. É importante também que cada cidadão possa fazer a sua parte. E o que é a sua parte? Permitir o acesso dos agentes de saúde em suas residências, o que às vezes pode ser uma situação difícil, mas também denunciando possíveis focos. E quando a gente fala também da dengue, precisamos falar sobre informação, assegurar a informação. Eu lembro que, quando eu fui diretora da Escola de Gestão Pública da Prefeitura de Porto Alegre, nós realizávamos todos os anos um curso de capacitação. Não sei se alguém aqui é da Prefeitura desse tempo, da saúde? Mas, todos os anos, a gente fazia um curso de capacitação tanto para os agentes, mas também para os gestores da Prefeitura sobre esse assunto. Então, Ver. Oliboni, parabéns pela pauta pertinente, importante e necessária, e desejo uma boa reunião a todos. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Bom dia a todos, bom dia, Presidente Lourdes, nossos colegas vereadores e a todos representantes aqui de entidades e órgãos governamentais. Com relação à Prefeitura de Porto Alegre, ontem o secretário Fernando Ritter falou algo que me chamou bastante atenção, que o maior problema dos focos do mosquito da dengue não se dá nos grandes criadouros, mas nos pequenos criadouros, são pequenos espaços. Aí eu questiono aqui a Prefeitura de Porto Alegre se já foi identificada alguma correlação, alguma relação direta com a situação que nós estamos enfrentando do aumento de focos de lixo, devido ainda a permanência de galhos de árvores nas ruas da cidade. Nós temos diversos bairros com bastante produção ainda de podas que não foram recolhidas, tanto pela Prefeitura quanto pela CEEE e se foi identificada ou não alguma relação direta com possíveis criadouros de mosquito nesses pontos. O outro questionamento que eu tenho aqui, de forma muito objetiva e direta, a Maria Celeste representa aqui o Ministério da Saúde,

correto? Gostaria de saber por que o governo federal não comprou a vacina japonesa, no ano passado, quando já estava disponível e quis aguardar a produção de uma vacina nacional? O governo federal errou nessa escolha? Errou em optar por não ter comprado a vacina japonesa no ano passado, que poderia ter sido feita? A segunda pergunta é com relação ao não encaminhamento da vacina ao Estado do Rio Grande do Sul. O governo federal disse que o Rio Grande do Sul não cumpria os requisitos. Quais os requisitos que faltavam? Atestado de óbito nós já temos. Quais os requisitos que faltam para encaminhar a vacina do governo federal para o Estado do Rio Grande do Sul? O governo federal errou em não encaminhar a vacina para o Estado do Rio Grande do Sul? Poderia ou poderá evitar óbitos no Estado do Rio Grande do Sul a presença da vacina? Esse é o meu questionamento. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Dando seguimento a nossa reunião, ainda quero citar que está presente a Associação dos Agentes de Fiscalização Municipal de Porto Alegre, seu Mário de Paula, e a presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, Fernanda Silva, que faça do seu assento a extensão da Mesa, e já passo de imediato a palavra a superintendente estadual do Ministério da Saúde.

SRA. MARIA CELESTE SILVA: Bom dia a todos e todas, quero saudar a Presidenta da Comissão, Ver.^a Lourdes, vereadores que compõem essa Comissão, Cláudia, Tanise, Ver. Ramiro, Ver. Oliboni, Ver. Jonas, todos os representantes de sindicatos, categorias que estão aqui, o Conselho Municipal de Saúde. Obrigada pelo convite, por estar a neste momento dentro desse espaço que para mim é muito familiar, é uma alegria muito grande, muito obrigada pela oportunidade. Primeiro, dizer que a dengue chega com muita força este ano no Brasil como um todo, portanto, com esta preocupação que a Câmara aqui corretamente... Também quero elogiar a Câmara Municipal, os nobres edis que estão sempre atentos e preocupados com as pautas na cidade de Porto Alegre e já trazem esse tema imediatamente no início do ano legislativo, já

trazem esse tema para o debate com a nossa população. É muito importante. Nós, do Ministério da Saúde, em dezembro, já preocupados com o aumento dos casos no Brasil como um todo, trabalhamos para que efetivamente pudéssemos construir saídas para este problema. A dengue não será resolvida apenas com a vacinação; esse é um problema que a comunidade toda tem que estar inserida, imbuída e construir alternativas. Tanto os governos federais, estaduais e municipais estão neste grande esforço de buscar construir saídas pela vacinação, pela questão da medicação e do atendimento rápido no diagnóstico e na situação apresentada pelos pacientes quanto a sociedade também tem que fazer a sua parte. Isso que a Ver.^a Cláudia traz da preocupação dos criadouros que têm na cidade, assim como o Ver. Ramiro trouxe da preocupação do lixo e do entulho que há mais de um mês ainda está depositado nas ruas da cidade de Porto Alegre também nos levanta questionamentos sobre a condução do problema como um todo. É muito importante que os vereadores também apontem essas questões, e da mesma forma, a estratégia da vacinação pelo Ministério da Saúde vem com esta proposta de prevenção, neste momento, a partir daquilo que é disponibilizado. A decisão para a inclusão dos estados e dos municípios, neste momento, apontado já no início de janeiro, foi a partir de uma deliberação na Comissão Tripartite. O que é essa Comissão Tripartite? É o Ministério da Saúde que decide sozinho? Não. O Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais e o Conselho Nacional dos Secretários Municipais foram quem definiram os critérios para a inclusão dos municípios e dos estados referentes, neste momento, como o Ver. Oliboni também falou, no momento crítico de grande epidemia em determinados municípios e estados. Esse foi o critério adotado, a partir da Comissão Tripartite. O Ministério da Saúde não toma nenhuma decisão que não tenha passado conforme deliberação na Comissão Tripartite. Então é importante registrar que essa decisão não é uma decisão de exclusão, é uma decisão de critérios epidemiológicos definidos na Comissão Tripartite responsável pela condução da saúde pública no Brasil como um todo. Importante também registrar que diferente de outros momentos, a Ministra Nísia e o Presidente Lula trabalham

com a ciência e respeitam os critérios adotados pela ciência. Então critérios epidemiológicos para a definição de quem estará, neste momento, recebendo as vacinas, foram adotados por este governo. Então com muita tranquilidade e muita preocupação, porque, de fato, nós estamos a iminência de termos aumento de muitos casos aqui no Estado do Rio Grande do Sul, já é a quarta morte por dengue no Estado, o próprio governador já esteve junto ao Ministério da Saúde pedindo celeridade nas questões para que também o Rio Grande do Sul seja incluído, mas há uma portaria já salientada e colocada aqui pelo Ver. Oliboni que estabelece, a partir do rigor que a CIT Nacional colocou, quais são os critérios de quais as regiões neste momento. Há uma cobertura de todas as regiões do Brasil, independente do Estado Rio Grande do Sul estar fora, há uma cobertura regional também, esta preocupação foi colocada, porque há um deslocamento de pessoas, começa a circulação, e também tem essa preocupação. Todas as regiões do País foram definidas, e há uma cobertura para isso, o esforço do combate tem que ser coletivo sim. E é verdade, 75% da produção dos mosquitos, dos focos é dentro das nossas casas, então, este esforço tem que ser coletivo. Campanhas, como a campanha do Ministério da Saúde, campanhas do Estado e do Município são extremamente importantes, todos nós temos que nos envolver nessa questão. Além disso, já referido pelo Ver. Oliboni, houve um aumento na previsão do recurso do Ministério da Saúde para o combate às endemias e às questões aportadas nas arboviroses. Nós já tivemos um incremento que, no ano passado, estava previsto para R\$ 250 milhões, para R\$ 1,5 de recurso disponibilizado aos Estados e aos municípios que apresentarem as condições, conforme a portaria, para se habilitar a esse recurso. Muito importante, precisamos ter agentes de endemias capacitados em maior número, de fato, para construir essa grande campanha e esse esforço que nós precisamos fazer no combate à dengue aqui em Porto Alegre. São essas minhas primeiras considerações, fico à disposição dos vereadores, da comissão para os demais esclarecimentos necessários. Obrigada.

Pauta: Dengue, fiscalização, combate, ações e vacina.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Convido a Sra. Fernanda Fernandes, representante da Secretaria Municipal da Saúde, representando também o gabinete do prefeito, a fazer a sua manifestação.

SRA. FERNANDA FERNANDES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É muito importante que a gente discuta esse tema. Ontem o secretário trouxe uma apresentação bastante detalhada, eu não quero deixar a minha fala muito maçante, então vou falar de forma bastante reduzida e tentar ser bem assertiva no sentido de responder às dúvidas que foram trazidas aqui. Eu só queria fazer uma atualização em relação ao número de casos de Porto Alegre. Deve estar saindo agora o boletim que a gente finalizou agora cedo, que a gente publica no início da semana com a atualização de casos. Eu trouxe uma apresentação rápida, se puder passar, por favor. (Pausa.) Não é essa a apresentação, essa é a de ontem, mas não tem problema, eu vou falar então. O que eu queria atualizar é que nós temos 141 casos confirmados de dengue agora de manhã. Não temos nenhum óbito. As 11 internações que o secretário apresentou ontem seguem os mesmos número de casos. O que é que eu gostaria de ressaltar de importante? (Pausa.)

(Procede-se à apresentação.)

SRA. FERNANDA FERNANDES: Aqui é o mapa do Estado, está sim, eu não sei o que aconteceu. Volta um pouquinho. (Pausa.) Ali a comparação, 2023 e 2024. Nesse mesmo período dos anos de 2023 e 2024, na sétima semana epidemiológica, a gente conta os casos por semana, ano passado nós tínhamos 16 casos confirmados, e agora estamos com 141 casos confirmados aqui em Porto Alegre. Tem os casos autóctones, o número de internações e óbitos no período. O que eu quero destacar em relação aos critérios epidemiológicos, que aí já responde a uma parte da pergunta do Ver. Oliboni em relação aos critérios para o recurso da portaria que ele citou aqui? Vocês olham o exemplo de Tenente Portela, que é um município que está na mídia toda hora em relação ao

grande número de casos lá. Tem 1.300 casos de dengue em Tenente Portela, e eles têm 13 mil habitantes, quer dizer, de cada 10 habitantes, um está com dengue ou teve dengue. Realmente, é uma incidência elevadíssima. Esse é um dos critérios para se pleitear o recurso da portaria que o vereador trouxe ontem e trouxe hoje novamente. Nós, obviamente, não queremos que Porto Alegre chegue nesse limiar, estamos trabalhando para isso, mas tem alguns municípios... Estou usando um exemplo do Rio Grande do Sul, mas, no próprio País, a gente tem municípios no Acre, em Minas Gerais, o Distrito Federal numa situação de colapso do sistema de saúde em função do grande número de casos. Então esse é um critério. Uma outra coisa importante de se destacar é que, no final do ano passado, o Ministério da Saúde emitiu uma portaria, a Portaria nº 2.298, que destinou recurso para os municípios para o enfrentamento das arboviroses. Porto Alegre recebeu R\$ 1,18 milhão do Ministério da Saúde. Então, já teve um aporte, que foi feito para todos os municípios do País, para que os municípios pudessem se preparar para o enfrentamento das arboviroses, considerando os cenários dos dois últimos anos. Os sintomas. Lembrando que a gente está enfrentando, na verdade, três doenças: a zika, a dengue e a chicungunha. Em alguns municípios do País, tem a circulação dos outros vírus, aqui a gente tem a circulação apenas do vírus da dengue. Aqui tem os sintomas, tem um fôlder. Eu trouxe aqui a questão do uso do repelente, que está previsto no nosso plano, porque o Ver. Robaina nos perguntou ontem no final da apresentação. Eu acho importante compartilhar com todos. Como é que funciona a situação do repelente? A gente tem previsão, no nosso plano, de distribuir repelente já na suspeita, porque o paciente que está com dengue, se um mosquito que não estiver contaminado picar o paciente contaminado, ele se contamina e transmite para outra pessoa. Então é muito importante, isso é uma forma de bloquear a transmissão. Só que a gente tem algumas limitações no uso, por exemplo, em relação a crianças muito pequenas, crianças menores de seis anos, a gente não tem indicação de uso. Eles botam muito a mão na boca e tal. A gente tem a questão também do tempo de duração do repelente. A gente tem no nosso *site*, que é o Onde Está o Aedes?, eu gosto muito de falar, porque

tem muita informação nesse *site*, a gente traz todas as informações, eu não vou me alongar muito, sobre o uso de repelente, a idade indicada, os tipos de repelente, o tempo de duração, é bastante informação. Essa é uma das estratégias dentro das coisas que estamos fazendo, porque nós estamos lançando para tentar cortar a cadeia de transmissão do vírus da dengue. Aqui o histórico do Rio Grande do Sul. Por que o histórico é importante? A Dra. Celeste citou aqui a questão da tripartite. A Nota Técnica nº 08, de 2024, que foi produzida a partir da tripartite e definiu para onde ia ser distribuída a vacina, ela considerou uma série histórica de dez anos. Se vocês olharem o cenário do Rio Grande do Sul, ele começou a ficar muito crítico depois da pandemia para dengue. Tem outros municípios no Brasil em que a dengue é endêmica já há muitos anos. No Nordeste, na região norte de Minas, no próprio Norte, na região Sudeste também. Então, foram selecionados 176 municípios, segundo essa nota técnica, eu posso alcançá-la para vocês, porque ela considera municípios grandes, acima de 100 mil habitantes, e faz um cálculo epidemiológico com base na taxa de incidência de dengue nos últimos 10 anos, foi esse o critério. Uma outra coisa importante destacar em relação à vacina japonesa é que ela é indicada apenas para adolescentes. Então os testes foram restritos para essa faixa etária. A vacina do Butantan que está em processo, como a Ver.^a Lourdes trouxe aqui, é uma vacina que, sim, a gente vai poder usar para as outras faixas etárias, é uma grande esperança que a gente tem. Embora o Ministério da Saúde tenha reforçado muito ações de manejo ambiental, porque para os dois outros vírus nós não temos vacina ainda. Então, se a gente continuar com o mosquito, a gente tem a chicungunha e a zika nos atrapalhando ainda, porque ainda não foi produzido vacina. Então é muito importante o combate ao *Aedes aegypti*. O Ministério lançou também, na CIT de abril do ano passado, uma nova estratégia de manejo ambiental, que é a Wolbachia, vocês já devem ter escutado, que são aqueles mosquitos que, quando eles se acasalam só nascem mosquitos machos, e aí você consegue ir eliminando gerações de mosquitos, foi feito um estudo em Indaiatuba e eu acho que em Niterói. Então, esses estudos foram finalizados, mas a gente tem um problema de capacidade de produção em larga

escala. Nós já fizemos contato com a Fiocruz lá, que é quem vai desenvolver a produção do método, mas ainda não tem escala para dar conta de distribuir para todo o País, mas é uma grande esperança para gente tentar diminuir a circulação, a população do mosquito, do vetor. Então, a gente tem coisas bastante promissoras, a vacina é uma delas, a Wolbachia é outra.

Pode passar, vamos ver se eu lembro de falar mais alguma coisa. Aqui sobre as armadilhas, que o secretário falou bastante ontem. A gente até trouxe uma para mostrar, está com a Roxana ali, deixa aqui, Roxana, a armadilha, por favor, que é o que os agentes circulam pela cidade para capturar os mosquitos. A gente os deixa em locais estratégicos, com bastante circulação, então a gente tem em escola, em posto de saúde, regiões densas populacionalmente, e aí eles são atraídos aqui por um atraente que é colocado e os agentes passam de bicicleta pelas rotas, cada um tem uma rota para recolher, aí coloca no tubinho ali – a Roxana também tem um tubinho – e a gente manda para o laboratório para fazer a análise. Quais as análises que a gente faz? É o número de fêmeas que a gente consegue capturar, aquelas que picam e transmitem a doença, e se alguma delas tem o vírus, se alguma delas está contaminada, porque, às vezes, o mosquito não está com o vírus. Então essa informação é superimportante, quando a gente encontra uma fêmea com o vírus, que ela está contaminada, isso é um sinal de alerta para a gente atuar naquela região, porque as ações dos agentes, todas as nossas ações, e amanhã nós vamos começar uma ação com o Exército ali na Zona Leste, de ação ambiental, são nas regiões em que a gente tem mais circulação de caso, que nos demonstram onde está circulando o vírus. Então, se vocês olharem o histórico da cidade de Porto Alegre, vocês vão ver aqui o controle que a gente faz justamente dessa armadilha que, depois, vem para esse gráfico. Tem o IMFA, Índice Médio de Fêmeas Adultas. Então, ali embaixo, por semana epidemiológica, a gente pegou um pedacinho de 2023, a semana 52, aí a partir do um, ali embaixo, é a primeira semana de janeiro, segunda semana, foi ali até sexta. Então vejam que o índice de infestação das fêmeas que a gente consegue pegar nessa armadilha aqui está bem alto, está aquela linha vermelha que explode lá em cima. A gente faz uma média,

Pauta: Dengue, fiscalização, combate, ações e vacina.

acompanha e faz esse monitoramento. É um modelo bastante sofisticado, bastante trabalhoso, isso dá bastante trabalho, mas a gente já tem há alguns anos e eles nos ajuda a ser mais assertivos em quais regiões que nós temos que atuar para combater o mosquito.

Aqui são os bairros com o nível crítico de infestação. São 46 bairros que têm que estão monitorados com armadilha. Aí as pessoas perguntam: “Mas por que não está em 100% da cidade?” Então, esse nível de monitoramento nos permite extrapolar em 70% permite para quase toda a cidade, para toda a cidade praticamente. Porto Alegre tem uma área grande ali que não é povoada, tem bastante área de mata ali, principalmente para Zona Sul, então não teria por que a gente fazer monitoramento, porque o mosquito também gosta do ambiente doméstico. Então, a gente tem essa informação que está saindo no nosso boletim e tem sempre no nosso *site* toda a semana: quais os bairros que estão com o nível crítico, o nível de alerta moderado e satisfatório.

Aqui é a distribuição dos casos da cidade, confirmados até o dia 17 de fevereiro, a gente está tendo, por enquanto, uma concentração na Zona Norte, mais ao oeste ali. Mas o que a gente olha historicamente em Porto Alegre? A Zona Leste é uma região que tem um quadrilátero ali, entre o Jardim Carvalho, o Partenon, aquela região ali é uma região que todo o ano, como a gente diz lá na Vigilância, bomba ali. A gente pode acertar ali que ali é a zona quente que a gente chama. A gente tem ali o arroio Moinhos, onde tem descarte de lixo irregular, tem bastante zonas vulneráveis. Então, a gente vê que que essas regiões das zonas vulneráveis não só acompanha a dengue, a gente vê também na leishmaniose, que a Ver.^a Lourdes nos acompanha. Então quando tem regiões muito vulneráveis, essas doenças, que a gente chama de negligenciadas, vão estar lá. Eu acho que, em resumo, é isso, eu não sei se eu não respondi a alguma questão, não vou me alongar muito, mas fico à disposição.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Eu vou passar a palavra para o Ver. Jonas Reis, de outra comissão, que está nos prestigiando aqui nesta pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bom dia a todas e todos, a presidente Lourdes, e especialmente o Ver. Oliboni, proponente desta pauta, cumprimento os demais vereadores membros da comissão. Eu sou da Comissão de Educação, mas a gente acompanha essa questão por conta dos problemas que a cidade vive. E cumprimento as demais instituições, o Ministério da Saúde, no nome Celeste, ex-vereadora que muito nos a abrilhanta com sua presença aqui, o Sindisaúde, enfim, tantas pessoas, desculpe-me não nominar a todos, para a gente poder ir ao tema de debate.

Primeiro é importante a gente frisar que isso tudo que está acontecendo tem a ver com a chamada crise climática, e que nós estamos negligenciando, a humanidade está negligenciando, os governos estão negligenciando. Nós já vivemos enchentes, alagamentos, caos total. Vocês viram o último temporal? Nunca caiu tanta árvore em Porto Alegre, nunca, na história da cidade. Uma empresa de energia elétrica totalmente despreparada, e isso tudo vai agravando. Eu acho que a gente precisa ter aqui um debate – e é importante esta comissão porque ela é meio ambiente – sobre o que nós vamos fazer para a gente não agora só resolver esse problema do *Aedes*, mas para o futuro a gente não ter outras endemias. Um dos elementos que nós podemos fazer imediatamente é nós termos uma retaguarda; hoje nós temos menos de 100 agentes de endemia, a cidade deveria ter 650, segundo a orientação da Secretaria Estadual de Saúde. Vejam que nós temos seis vezes menos do que a gente deveria ter, então a gente precisa ampliar. Essa é a primeira coisa que nós, como cidade... Não estou falando de governo, a questão aqui não é governo, a questão aqui é Executivo, é Legislativo, nós estamos hoje ocupando esses espaços, amanhã serão outros. Nós temos que programar a cidade, então, para programar a cidade nós precisamos de concurso e nomeação de agentes de endemias. Há três anos a gente solicita isso e envia documentos para a Secretaria de Saúde. Isso é fundamental. Isso é fundamental porque o processo educativo, e falo aqui como professor, é fundamental, porque tu precisas orientar a população. Desde que eu sou pequenininho existe esse mosquito, e a gente ouve falar, a figura do

mosquito, tem até uns cartazes antigos dentro do posto de saúde, em preto e branco. Então a gente precisa ter o agente de endemia circulando na cidade antes do mosquito se proliferar. Nós temos que, no mínimo, neste ano, dobrar o número de agentes; nós temos que chegar a 200. Essa é a nossa missão coletiva. Se a Câmara tiver que mandar emenda impositiva para isso, se nós tivermos que pegar, Ver.^a Lourdes, e conversar com a Mesa Diretora no sentido de pegar aquele dinheiro que sobra, todo o ano, da Câmara de Vereadores, e enviar para isso, nós temos que fazer um esforço; nós não podemos é colocar em risco a vida da população. A saúde em primeiro lugar. Em segundo lugar, quero dizer que eu recebi uma mensagem, ontem de noite, do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul que me preocupou muito. Um servidor chegou para mim e falou das equipes de SAMU. E ontem de tarde também dois episódios: uma cidadã caiu na Rua dos Andradas, esquina com a Av. Borges de Medeiros e ficou esperando a ambulância por uma hora e meia. Nós estamos tendo pouca ambulância na cidade. Olhem só o que ele disse: “Jonas, das 11 ambulâncias que atendem baixa complexidade – composta por um condutor e um técnico de enfermagem -, apenas três estão em funcionamento, por falta de manutenção.” E aí eu me preocupei porque se as pessoas estão tendo essas enfermidades, as emergências já estão cheias e a gente não tem nem o SAMU funcionando a pleno – de 11, só três –, isso é gravíssimo e isso tem que chegar ao gabinete do prefeito. Por isso que eu estou falando aqui. Porque já chegou ao gabinete de secretário, precisa chegar no gabinete do prefeito e ele precisa tomar uma medida emergencial, um decreto, para ajeitar as ambulâncias e a população estar resguardada. Nós já estamos com superlotação das emergências, os prontos atendimentos estão com 10 horas de espera para atendimento, e a pessoa com dengue esperar por 10 horas, gente? Não dá! Então, se a gente chegou a este momento, nós precisamos nos juntar; e aqui não tem cor, não tem partido, não tem nada disso. Então, eu estou fazendo um apelo a vocês, vereadores da comissão, no sentido de que enviem um documento ao prefeito levando essas denúncias que eu estou fazendo aqui, pedindo, por favor, para ajeitar o SAMU. E por último, só pra completar, dizer que nós enviamos, no dia

22 de dezembro, um pedido de providências, o Presidente da Câmara reencaminhou para o perfeito, pedindo para a Prefeitura tomar uma medida de compra da vacina Qdenga. Aí, a Prefeitura disse que não iria comprar e que iria aguardar o Ministério da Saúde. Não dá! Se o Ministério da Saúde não está comprando, se o governo estadual não está comprando, a Prefeitura, tendo o dinheiro, tem que agir, ela tem que fazer! Nós não podemos esperar um pelo outro e empurrar. Então, se não tem o critério, se as portarias são diferentes, bom, isso eu acho que inclusive a gente pode revisar, eu acho que a gente tem que olhar a crise todos os dias, e todos os dias a gente está vendo que a crise se agravou em Porto Alegre, então nós temos que tomar uma medida em Porto Alegre. Eu acho que o prefeito tem que enviar para cá um documento; se não tem dinheiro na Prefeitura, a Câmara tem que dar um jeito, fazemos um crédito suplementar, a gente assina, podem contar com o voto da bancada dos vereadores do PT porque, em termos de combater a dengue e salvar vidas, nós estamos dispostos a tudo e não tem cor, não tem partido, não tem ideologia, não tem nada, nós queremos é salvar a população. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Sobre esses tópicos que o Ver. Jonas falou, são outra pauta, mas ficam registrados. O Ver. Oliboni quer fazer mais uma pergunta para a Secretaria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Fernanda, a gente ouve muito falar da testagem. Ontem, o secretário disse que muitas pessoas estão procurando fazer testes em farmácias particulares. O Município tem condições de fornecer a testagem? Porque na medida em que um cidadão vai num posto de saúde, tem os sintomas de dengue, ele confunde, muitas vezes, com a Covid, o teste está disponível nas unidades de saúde? O que tem que ser feito para estar disponível? Essa é a primeira pergunta. A segunda questão é que nós temos 81 agentes comunitários de endemias, foi feito concurso público e há 15 aprovados para serem chamados, habilitados. Por que não os chamar? Vai ter novo concurso público? Há uma perspectiva de aumentar o número de agentes de

endemias? Qual é a previsão, qual é o plano do governo? E a outra questão, esse detalhamento, a sua fala caminha na direção de, logo adiante, diria eu, uma conclusão pessoal, que a situação vai se transformar numa situação de emergência. De ontem para hoje, de 109 a 141, são 32 casos a mais em um dia. Vocês estão se preparando? Nós não podemos perder esse recurso do governo federal. Qual é a posição do governo? Nós temos que dialogar, nós temos que ampliar, nós temos que melhorar a situação.

SRA. FERNANDA FERNANDES: Vamos lá, eu anotei aqui para não me perder. Bom, em relação à questão da compra de vacinas, eu acho que tem um uma questão importante aqui em relação aos óbitos que foram citados aqui, que ocorreram, infelizmente, estão numa faixa etária alta, são todos idosos, que não estão cobertos pela vacina que está disponível no momento. Esse é um outro problema, infelizmente. Até onde se sabe, depois a Celeste pode confirmar ou não, o Ministério não comprou mais vacinas porque o laboratório tem uma determinada capacidade de produção, então mesmo que a gente queira comprar, não tem. Então, não é uma questão nem de recurso, vereador. Em relação aos ACEs, nós temos 87 hoje lá na Vigilância. Então, essa questão de chamar eu vou levar para o secretário, não conseguir conversar com ele sobre essa temática, mas me comprometo a levar a ele, e a gente dá um retorno. Em relação aos testes, sim, é bem importante, a gente tem pontos, ampliamos os pontos de testagem, estamos construindo uma proposta para colocar o teste em todas as unidades, a gente já encaminhou compra. Por enquanto a gente tem alguns pontos de testagem. Mas isso que o senhor falou é extremamente importante, que as pessoas procurem a unidade para fazer uma avaliação, para que elas sejam avaliadas pelo médico e pela enfermagem. Porque assim como pode ser Covid, pode ser uma chicungunha, pode ser outra coisa. E é muito importante que a gente detecte precocemente. E o paciente com dengue tem que ter o primeiro atendimento e ele tem que ser monitorado, porque ele pode agravar muito rapidamente. Tem uma situação que preocupa em especial que é o fato de a gente ter tido, nos dois últimos anos, 10 mil pessoas que confirmaram

Pauta: Dengue, fiscalização, combate, ações e vacina.

para dengue. Essas pessoas, se a gente tiver a circulação de outro sorotipo, podem adoecer novamente. Quem já pegou dengue uma vez de um sorotipo não adoecerá mais, mas quem já pegou dengue, o cuidado tem que ser redobrado. Então, é muito importante que as pessoas procurem a unidade de saúde. As nossas unidades de saúde estão treinadas para fazer o manejo e o acompanhamento desses pacientes. Geralmente, quando a febre cede lá no quinto dia, cinco dias é o primeiro período da dengue, o período febril, o paciente começa a se sentir melhor, mas aí é que mora o perigo, porque a gente tem um risco de hemocentração e desidratação muito importante. Alguns pacientes apresentam vômito, dor abdominal, que é quando o paciente complica. Então, esse monitoramento do paciente que a unidade de saúde faz é muito importante para a gente não pegar o paciente antes de ele agravar. É mais importante até que a testagem.

A questão do aumento de casos, na verdade, não é de um dia para o outro, vereador, o boletim é uma vez por semana, então, aquele dado que o secretário apresentou ontem era da segunda-feira passada. A gente tem controlado, a gente monitora isso muito bem, mas não é um momento de um dia para o outro, graças a Deus.

Sobre as ambulâncias, eu anotei aqui, vou verificar e a gente dá um retorno. Tu disseste que está no gabinete e passou para quem exatamente?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. FERNANDA FERNANDES: Para o secretário, está bem. Ele não comentou comigo, mas vou ver com ele essa questão.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Nós vamos passar a palavra para o Sr. Julio Cesar Jesien, do Sindisaúde.

SR. JULIO CESAR JESIEN: Obrigado, vereadora. Ao mesmo tempo que cumprimento a senhora, cumprimento a todas e todos da Mesa. Acho que a

gente aqui tem que trabalhar numa lógica que, Ver. Oliboni, eu aprendi lá na saúde coletiva, na universidade federal: prevenção.

Quando a gente fala em prevenção, é fundamental a gente voltar um pouquinho ao passado, Ver. Jonas, e a gente lembrar que aqui em Porto Alegre a gente teve um secretário chamado Erno Harzheim. Esse cara foi para o Ministério da Saúde e destruiu a Política Nacional de Atenção Básica. Por que ele fez isso? Porque ele acabou com a quantidade de agentes comunitários dentro das unidades de saúde. Quando a gente diz isso, é porque o agente comunitário não é o cara que tem que estar cuidando a questão da dengue, mas ele é o cara que vai dentro da comunidade. Ele é o cara que vai dentro da casa e que, se num momento como esse, enxerga qualquer eventual foco, ele pode estar estimulando para que esse tipo de foco termine. Hoje, infelizmente, com aquela ação lá do passado, a gente tem o número extremamente reduzido de agentes comunitários de saúde que poderiam estar auxiliando, porque, lembro, não é a função, mas auxiliando no cuidado.

Mas aí, e tem que ressaltar o posicionamento do Fernando Ritter, na época em que foram discutir o número de agentes comunitários em Porto Alegre, o Fernando Ritter foi o cara que bancou todos os agentes de endemias que tinham naquele momento. E lá, naquele momento, nós tínhamos também a Caroline Schirmer, que foi a pessoa que cortou mais da metade dos agentes comunitários de saúde. Então, se hoje Porto Alegre pudesse estar tendo o apoio dos agentes comunitários de saúde neste momento, que agora talvez não seja o mais crítico, mas vai ser, vai ser, a gente poderia, quem sabe, não estar vivenciando isso.

E, Celeste, nessa lógica da prevenção, eu fico muito contente que a Câmara de Vereadores esteja preocupada hoje com vacina, porque, em 2021, esta Casa aprovou o *kit* covid, que era, nada mais nada menos, a disputa com a necessidade da vacina, que não veio por ação do Presidente da República, que neste País, matou mais de 750 mil pessoas. A gente tem que lembrar disso.

Os estudos nos demonstram as necessidades, e a prevenção é fundamental. Aliás, se a gente está falando de prevenção, a gente tem que falar o que tu disseste: chama já todos os agentes de combate à epidemia que estão no

concurso. Aliás, a gente poderia fazer muito mais: a gente poderia fazer o que a Câmara de Vereadores e o Melo não fizeram, que foi manter o IMESF. Havia possibilidade de fazer isso, mas, infelizmente, não fizeram. Hoje têm quantidades e quantidades de ações, que, efetivamente, pede o retorno dos agentes comunitários de saúde. Vamos lá, vamos fazer um acordo com os procuradores e vamos trazer esses agentes de volta para a Atenção Primária. Isso é ação de prevenção. Vamos trazer de volta os colegas que estão esperando para voltar, porque vai auxiliar o Município.

Eu estive por 10 anos no exército, têm pessoas que ficam na reserva por cinco anos, então, essas pessoas estão lá para, se eventualmente tiver um problema de guerra, serem chamadas. Vamos, então, resolver os problemas. A Câmara de Vereadores, hoje, através desta Mesa, está bastante empenhada numa questão que é fundamental, mas a gente precisa ter ações, e ação de prevenção realmente resolve problemas. Se em determinado momento a gente precisava de máscara, hoje, quem sabe, o problema é menos pior, porque usando repelente a gente consegue afastar, não só para não se contaminar, mas para não contaminar os outros.

Então, que bom que a Câmara de Vereadores, Celeste, está bastante preocupada, porque talvez a gente realmente esteja no início de uma discussão que, efetivamente, se não for feita, a gente pode estar vendo uma outra covid-19.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Está bem, essa é outra pauta, mas, se discutir IMESF, nós vamos para outra sessão. Dr. Daniel Wolf, do Simers, com a palavra.

SR. DANIEL SAUER WOLFF: Bom dia a todos, obrigado pelo convite por estar hoje aqui discutindo um tema tão importante, que é o aumento do número de casos de dengue neste início de ano. O sindicato médico e os médicos do Estado estão preocupados com esses números alarmantes, principalmente aqui na região metropolitana, por saber que os hospitais já estão cheios de outros

Pauta: Dengue, fiscalização, combate, ações e vacina.

pacientes oriundos de outras comorbidades. Então, um aumento do número de dengue neste momento, ou em qualquer momento durante o ano, é muito preocupante para a saúde de todos os moradores. Por isso, acredito que todos estão aqui hoje.

Nós tivemos agora dados de 2023: tivemos 54 mortes com 57 mil casos. Este início de ano tem sido preocupante, porque houve um aumento exponencial. Então, medidas efetivas devem ser tomadas. Já foi conversado que têm 15 agentes de saúde aguardando para serem chamados pelo concurso, acredito que é uma medida eficaz que esta Casa pode tomar. Esta Casa, fazendo esse chamamento, formando esta comissão agora, Ver. Oliboni, é muito importante para que a gente já consiga tomar algumas medidas para que não aconteça o caos. Nós poderíamos fazer junto com o Ver. Jonas, que participa da comissão de educação, unindo esforços para treinar o pessoal da educação, os professores, para que as comunidades periféricas também combatam os focos do mosquito, porque é muito importante. O aumento do número de agentes; o treinamento de funcionários da Prefeitura, de agentes de saúde e de professores são ótimas ideias para que se consiga combater os focos de mosquito. Os médicos e o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul estão ao lado dessa comissão para que se consiga unir esforços para combater o mosquito da dengue. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Com a palavra a diretora do Conselho Regional de Farmácia, Giovana Ranquetat.

GIOVANA RANQUETAT FERNANDES: Bom dia a todos, cumprimentando a Ver.^a Lourdes cumprimento todos os representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e todas as demais autoridades da Mesa. Estou aqui representando o Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, sou presidente do conselho. Já tivemos, no início deste ano, um chamado da Secretaria Municipal de Saúde, através do secretário municipal de saúde Fernando Ritter, para que o conselho planeje ações junto aos nossos

estabelecimentos e aos nossos profissionais, que são os farmacêuticos. Essas ações já iniciaram. A Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre já disponibilizou um treinamento para o Conselho Regional de Farmácia, onde os nossos fiscais foram treinados, num primeiro momento, para que estejam também orientando os nossos profissionais e estabelecimentos. A gente já está em parceria com a Secretaria de Saúde e, também, na semana passada, nós já estivemos com o CEVS – Centro Estadual de Vigilância em Saúde –, aqui do Rio Grande do Sul, para que já iniciássemos ações. Estamos também nessa questão de orientação às farmácias e drogarias do Rio Grande do Sul. Hoje, nós temos em Porto Alegre, falando na região, nós temos mais de 650 farmácias de manipulação e drogarias, e 22 laboratórios inscritos no conselho com profissionais farmacêuticos e que fazem essa parte de orientação e também a notificação, porque também realizam testes rápidos. Nós temos farmácias no Rio Grande do Sul fazendo testes rápidos. Estamos trabalhando em ações para que essas informações cheguem cada vez mais rápido às vigilâncias epidemiológicas, e que as farmácias possam contribuir. E demais ações, o conselho vem trabalhando com a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e iniciou essa conversa com o CEVS. Somos uma autarquia federal, na realidade nos colocamos à disposição do Ministério da Saúde enquanto região Rio Grande do Sul. posso falar em nome do nosso presidente do conselho federal e tenho certeza que ele também... O federal está fazendo ações também, e deixo aqui a nossa casa, a casa das farmácias e drogarias do Rio Grande do Sul à disposição da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e de todas as entidades que precisarem para contribuir, para informar. No nosso site, disponibilizamos boletins informativos e materiais de informação, não só aos nossos profissionais, mas também à população. Assim, ficamos à disposição. Só queria registrar que eu estou com a nossa secretária-geral também aqui, a Elisângela, e o Everton, que é o nosso assessor fiscal, também farmacêutico e que está sempre disponível aos órgãos municipais e estaduais. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Temos aqui o representante da Secretaria Municipal da Fazenda, o Sr. Marcelo.

SR. MARCELO FERNANDES: Bom dia, Presidente Lourdes, na pessoa de quem cumprimento os demais vereadores e vereadoras. Bom dia aos colegas de Mesa e ao público presente. O papel da Secretaria de Fazenda se restringe à questão da liberação dos recursos que viabilizam o cumprimento das políticas públicas afetas a prevenção e o combate ao vírus da dengue. Ocorre que talvez o tempo não seja o ideal entre o acionamento da demanda e a disponibilização do crédito; talvez esse tempo não seja ideal. Mas muito se refere à questão própria, que sendo recurso público, é submetida a vários controles internos e externos, que são próprios da administração pública, e a gente é obrigado, então, a seguir ponto a ponto a legislação. Todos os esforços são envidados dentro da Secretaria da Fazenda para liberar esse recurso da maneira mais ágil possível. O fato é: o recurso não dormita na Secretaria de Fazenda. Sempre que possível a gente age da maneira mais objetiva possível para que esse recurso chegue na ponta com brevidade. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Sra. Cláudia Canatta está com a palavra.

SRA. CLÁUDIA CANATTA: Meus cumprimentos a todos da Mesa, a todos os presentes, aos colegas. Eu sou Cláudia Canatta, da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Porto Alegre. Já fui contemplada com a fala do Júlio, que abordou muito a falta de profissionais da Atenção Básica, o agente comunitário de saúde é o principal parceiro do agente de combate a endemias. É o trabalho conjunto, um não faz o trabalho do outro, mas um completa o trabalho do outro. Isso porque nós estamos todos os dias dentro das casas de todos os bairros. Então, quando o Júlio falou que o número de agentes comunitários de saúde foi diminuído drasticamente, nós ficamos com comunidades, nós ficamos com territórios desprotegidos, nós ficamos com

agentes sobrecarregados, porque quando tem quatro agentes numa equipe e tu deixa um, alguém vai ficar sobrecarregado e alguém vai ficar sem o atendimento. Foi isso que aconteceu, e esperamos que a gente possa mudar esse quadro. Com relação aos agentes de endemias, já estamos muito atrasados na contratação desse profissional. A gente não deve, como sempre, a gente já deveria ter um pouco de experiência, mas isso aí a gente não precisa esperar a coisa agravar para gente sair correndo atrás das soluções depois. Isso pode custar muito caro.

Outra coisa que eu queria salientar aqui, fora que o Júlio também colocou, sobre os repelentes. O repelente é um EPI, e muitos agentes comunitários de saúde não recebem. Nós estamos dentro das casas, nós estamos no bairro, em ambientes em que a gente precisa do EPI. Nós precisamos, sim, que as coordenadorias se encarreguem de fornecer os EPIs para os agentes de trabalhar. Isso é muito necessário, isso é o cuidado com o trabalhador. Ele precisa desse cuidado para exercer a sua profissão.

Então era isso. Muito obrigada. Espero mesmo que a gente consiga sair daqui e que se possa conscientizar o nosso gestor no chamamento dos concursados de endemias e resolver a situação dos agentes comunitários de saúde.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. O Sr. Waldir Bohn Gass, do Conselho Municipal de Saúde, está com a palavra.

SR. WALDIR BOHN GASS: Bom dia, Ver.^a Lurdes, Ver. Oliboni, proponente dessa pauta, também lembrando aqui os gestores públicos, minha saudação especial a Fernanda, que representa a Secretaria Municipal de Saúde e Município. Acho que as questões foram levantadas, e uma coisa está provada, que é a questão do controle social e da participação popular, que são absolutamente decisivos para ajudar a resolver os problemas. Infelizmente nós tivemos ataques pesadíssimos ao controle social e à participação popular de uns tempos para cá, particularmente no governo passado, que realmente foi o que começou na destruição do IMESF e na destruição de políticas públicas, tentando

fazer de Porto Alegre, que já foi considerada a capital mundial da democracia, o território exemplo de como implementar o neoliberalismo, nessa lógica de gerar um estado mínimo, claro, para a população. Estado mínimo para o povo, lucros máximos para os que têm muito dinheiro para investir. Infelizmente esse processo ainda não foi totalmente revertido, mas eu acho que a saída agora realmente é unificar esforços, porque essas questões, como, por exemplo, a Covid, mostraram o que foi essa destruição do IMESF, que foi a ausência de agentes comunitários que poderiam ter ajudado a orientar muitas questões, a ausência agora de agentes de combate às endemias e assim por diante.

Nós temos que fazer um esforço supergrande para evitar que realmente Porto Alegre também esteja nas áreas críticas do País, e acho que nós não queremos entrar nisso. Acho que Porto Alegre já deu várias vezes exemplos de superação e por que não poderia de novo dar agora um exemplo de superação. Precisamos realmente assumir que realmente o Estado tem que ser qualificado, e para isso a participação popular é fundamental. Os estudos mostram que, nesse período em que a democracia era efetiva, a participação popular era muito mais efetiva, foi também o período de maior distribuição de renda aqui na cidade de Porto Alegre, e o acesso a benefícios nas nossas periferias foi muito intenso, isso era possível ver a olho nu. Acho que esses exemplos têm que ser seguidos, e não os exemplos de implementação dessa lógica neoliberal, em que o mundo inteiro está provando que dá errado. Privatizações de empresas essenciais, por exemplo, os serviços públicos, realmente é uma lógica que, no mundo inteiro, muitos países já viram que é errado e estão caminhando...

PRESIDENTE LOUDES SPRENGER (MDB): Por gentileza, vamos voltar à pauta. Nós temos mais pessoas, e deixamos para outra oportunidade.

SR. WALDIR BOHN GASS: Eu estou na pauta. Eu estou querendo ajudar a evitar que a dengue vire um problema crítico de Porto Alegre. É isso, minha querida vereadora. Não, eu respeito o vereador, é ótimo, mas eu também gostaria que ele me respeitasse. Pode ser?

(Manifestação fora do microfone.) (Inaudível.)

SR. WALDIR BOHN GASS: Então, espero que compreenda a importância do que estou dizendo para a questão da dengue. Não espero que sua compreensão seja tão reduzida assim. Mas para isso acho que nós precisamos organizar um mutirão, que implica também em questões de campanhas de educação mesmo. Então, é muito mais do que um trabalho das esferas saúde, tem que envolver realmente o conjunto da população, a área de educação, a área de comunicação é fundamental, e fundamentalmente a gente realmente investir em contratação de pessoal e de fortalecimento de serviços públicos em frente essa questão, e o respeito ao controle social.

O Conselho Municipal se coloca à disposição para evitar que a gente realmente logo, logo vire outra crise muito muito forte. Tem tudo a ver com a dengue. Espero que o mosquito não nos alcance.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada. O Sr. José Carlos Silveira Vieira, representante do Conselho Local de Saúde – CLS – do Extremo-Sul, está com a palavra.

JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA: Bom dia, cumprimentando a Mesa e todos que estão aí e a nossa plateia. Preocupa-nos muito a questão da nossa saúde do Extremo-Sul, que foi o caso do DMLU agora, com a limpeza feita do bota-fora e não foi recolhido na nossa região. Isso é saúde pública. Onde eu moro, na 6.005 e na 5.775, nós recolhemos uma parte do lixo e a outra parte não foi recolhida, porque, quando deu aquele temporal, estourou um transformador nossos lá, e foi pedido para os caminhões da CEEE Equatorial entrar lá para botar o transformador, foi pedido para nós retirar o lixo da rua e colocar no terreno. Aí a gente colocou num terreno vazio. Só que onde a gente colocou, eu, como líder comunitário, estou sofrendo com o poder do tráfico, eles querem limpas as coisas. Como a gente botou num terreno, eu estou passando um

Pauta: Dengue, fiscalização, combate, ações e vacina.

trabalho com a Prefeitura, porque a Prefeitura não quer tirar de um terreno público, mas isso é dengue, isso é leptospirose, a questão do rato, isso é tudo que a gente tem para ajudar. Eu peço ajuda para vocês, a vereadora já esteve lá na nossa região, ela sabe como é, o Giovani Culau já esteve, vários vereadores estiveram lá e sabem como é a nossa situação. O prefeito até nos ajudou agora, está fazendo uma canalização de um banhado, que nós vamos evitar isso aí. Então eu queria pedir para vocês, os vereadores, para nos ajudar nisso aí, inclusive que tirassem aquele lixo logo de lá, porque naquele lixo está juntando o mosquito da dengue, rato, cobra, tudo isso.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Seu José Carlos, nós vamos encaminhar o endereço diretamente para o DMLU, em nome da comissão.

SR. JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA: Eu prefiro. E depois, na outra semana, eu quero conversar com a senhora porque eu tenho outra pauta importante para a senhora. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Sr. Masurquede, do Sindicados dos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

SR. MASURQUEDE AZEVEDO COIMBRA: Bom dia, vereadores, cumprimento a todos já de forma imediata; Fernanda, pela Secretaria Municipal de Saúde; Celeste, pelo Ministério da Saúde. Vamos trazer de uma maneira bem rápida, porque isso já foi amplamente comentado com todos, de um ponto geral. O Jonas traz muito, e oportunamente, o que a gente já tinha debatido há uns 20 dias, lá na Secretaria Municipal de Saúde, que é a situação das mudanças climáticas, quando o senhor secretário nos chamou para uma conversa – conselhos, representantes de farmácia, sindicato e alguns membros do Conselho Municipal de Saúde. Além do Sindicato dos Farmacêuticos, eu sou conselheiro municipal de saúde nesta cidade há alguns anos, e, enquanto conselho, a gente se preocupa muito com essa situação da dengue, e

precisamos muito atender o que o Valdir já estava mencionando e o que o líder comunitário trouxe aqui. Mas precisamos avançar num ponto, Jonas e Ver.^a Lourdes: a gente ainda está com pouco material midiático, de mídia aberta, divulgado pela Prefeitura de Porto Alegre, e a gente precisa aumentar isso. Então a gente gostaria de pedir, na medida do possível, que a Câmara, junto com o Executivo municipal, pudesse avançar na campanha de televisão contra a dengue, se tiver a recursos disponíveis, porque as aulas estão retomando agora e existe ainda, em muitas das escolas públicas e algumas privadas, locais propícios a desenvolvimento de mosquito, e se acontecer um problema muito sério com crianças contaminadas, infectadas pela dengue, temos um risco de não conseguir atender a todas. Então, é só esse pedido, que se juntasse esforços para que fosse ampliado o processo de mídia aberta de informações de prevenção e cuidados com a dengue. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. A Sra. Milena Bittencourt, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Alegre, está com a palavra.

SRA. MILENA BITTENCOURT: Bom dia a todos, quero saudar carinhosamente a Mesa, meus companheiros de instância de controle social e todos aqui presentes. Vou ser bem breve. Eu acho que o que está faltando na nossa cidade é a comunicação, a intersetorialidade, porque não é somente uma questão de saúde, também é uma questão de educação, é uma questão de assistência, assistência que vai levar na ponta, lá nos CRAS, nos CREAS; é uma questão de transversalidade com a Secretaria de Desenvolvimento Social, com a SMAMUS, com o CMAS, para a gente chegar na ponta, trabalhar bastante a questão do controle social, trabalhar a questão dos GTs da educação, de todas as secretarias que nós temos aqui em Porto Alegre. Eu acho que é uma questão de comunicação, porque as próprias secretarias não estão conseguindo se comunicar, e principalmente com as instâncias de controle social, com os conselhos, porque nos conselhos vão estar tanto a parte governamental, quanto

a parte da sociedade civil organizada. Então eu faço um pedido, que a gente pudesse fazer essa comunicação ou buscar uma reunião com essa transversalidade dos sistemas e setores, para a gente conseguir alcançar um objetivo. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada. Eu vou passar a palavra novamente para a Secretaria da Saúde. O Jonas tem mais uma pergunta, e a secretária substituta também quer fazer algumas complementações.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Lourdes, a pergunta não é minha, é do cidadão aqui, que mandou para nós: “Pergunta para a secretária adjunta se os demais secretarias aproveitam os valiosos dados coletados pela SMS para atuarem de forma mais efetiva naquilo que lhe couber; também poderia ser criada uma força-tarefa intersecretarias para planejar e organizar ações conjuntas e concomitantes.” Eu acrescento naquilo que o Simers falou, que é o seguinte: eu acho que a Secretaria de Educação pode ajudar nisso secretaria de educação ser chamada a orientar as escolas a fazer uma semana sobre *Aedes*, uma semana pedagógica, porque tu podes trabalhar isso em todas as áreas do conhecimento; as áreas da ciência da natureza por exemplo é básico, química, física e biologia dá para trabalhar, bem porque tu trabalhas a vacina, trabalhas a doença, trabalhas a saúde, trabalhas o mosquito, trabalhas a crise climática, aí tu já vais pra geografia, tu trabalhas a história, porque daí tu vais pegar esses dados históricos, dos gráficos, tudo, então tu vais trabalhar a história do *Aedes* na cidade, a história das políticas públicas, a própria vacina, que é uma conquista da humanidade no âmbito da ciência, e tu já vais trabalhar a língua portuguesa, aprendendo o nome científico, tem até o latim ali. então eu acho que dá para fazer na educação, daí eu queria sugerir que a Secretaria de Saúde chamasse a Secretaria de Educação para ver o que é possível fazer, porque são 99 escolas da rede própria e são mais de 200 da rede conveniada, dá para fazer um baita trabalho, porque aí pode, nesse momento em que nós temos poucos agentes de

endemias, os professores e a comunidade escolar podem funcionar como agentes educativos. Essa é a sugestão.

SRA. FERNANDA FERNANDES: Eu fiz algumas anotações, até vou fazer uma volta porque eu esqueci de responder umas coisas que a Cláudia perguntou. Eu resgatei aqui, porque eu me atrapalhei com a apresentação e ficou para trás. Em relação aos *drones* que tu tinhas citado: sim, a gente já usa os *drones*. O nosso é pequeno, porque quanto maior o *drone*, precisa ter licença da ANAC, é uma coisa bem complicadinha para usar, mas a gente já tem usado essa tecnologia. A gente faz tanta coisa, que a gente até esquece. A colega lembrou, falando do Conselho de Farmácia, que a gente já fez a capacitação, a gente também já fez a capacitação com os professores da rede municipal de educação. A gente construiu uma nota técnica conjunta, Jonas, com os professores, para apoiar eles justamente nessas ações em sala de aula; a gente produziu um joguinho para distribuir para as crianças, sobre o *Aedes aegypti*. Então, são ações que já foram executadas, e claro que eles são um agente de capilaridade muito importante para nos ajudar a difundir a informação. Sobre a intersetorialidade, enquanto nós estamos aqui, está acontecendo a nossa reunião – agora acho que já com terminou, porque ela começou às 9h –, reunião intersetorial que a gente faz com as outras secretarias. Se vocês pegarem o nosso plano de contingência, está escrito quais são as ações previstas para cada secretaria no combate à dengue, porque não é só uma ação da saúde, é também da Educação, da SMAMUS, Serviços Urbanos, DMLU. Então, está escrito lá o que compete a cada um; obviamente que a saúde coordena porque a gente aproveita, como alguém perguntou aqui, os dados que a gente coleta para orientar as ações junto com as outras secretarias. As outras secretarias não têm obrigação de ficar olhando os nossos dados; nós olhamos, fizemos a análise e entregamos prontos: “pessoal, temos que ir lá para leste, temos que ir para tal lugar.” A gente organiza isso com as outras secretarias, que têm nos ajudado, respondido muito bem. A gente teve, vocês sabem, o evento do temporal que atrapalhou um pouco o nosso planejamento, mas já estamos realinhados,

conduzindo isso muito bem. Uma questão que foi trazida aqui, da comunicação, tradicionalmente a gente começa as nossas campanhas de dengue em março, porque se vocês olharem até 23, os casos começam a surgir na segunda semana de março, começavam, começavam! Então, a gente até já tinha feito todo o planejamento para começarem agora em março as campanhas de comunicação, de mídia, porque o pessoal estava voltando de férias, do Nordeste, não sei de onde, trazia o vírus, começava a circulação da dengue. Esse ano nós somos surpreendidos, é um outro cenário que foi antecipado no País todo; então, a gente já vê uma mudança de perfil epidemiológico em relação... Inclusive a gente tinha ciclos a cada três anos, da dengue; a cada três anos a gente tinha um aumento significativo dos casos, e no interstício dos dois anos a gente tinha pouquíssimos casos, era pingadinho, em função do ciclo climático. Nesse ano, nesses dois últimos anos foi totalmente diferente; então a gente está tendo uma outra modelagem epidemiológica em relação à dengue. O que mais? Outra coisa que esqueci de comentar, sim, auxilia muito. No ano passado tivemos uma ação emblemática, um senhor que tinha uma acumulação ali na Rua Ernesto Araújo, era algo fantástico assim – nós entramos, junto com o pessoal do DMLU, foi bem importante porque era um foco superimportante de disseminação; então, a gente tem, às vezes, associado problemas de saúde mental, as pessoas acumulam, acumulam, daí tu entras na casa, é um problema bem importante. Daí a gente tem que tomar muito cuidado com a abordagem, porque tem uma questão de saúde mental associada; então, a gente procura um familiar, tenta ver com o familiar, nesse caso foi com o filho, foi bem complicado, ele morava sozinho, mas isso tem nos ajudado bastante para gente conseguir fazer o nosso trabalho. Em relação à vacina do Butantã, que eu tinha citado anteriormente, ela vai ter uma indicação entre 2 a 55 anos, a faixa etária da vacina do Butantã, que está em processo avançado de produção, de ampliação. Eu acho que em resumo era isso, obrigada pela oportunidade.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Sra. Maria Torri, da plateia, está com a palavra.

SRA. MARIA HISAMI TORII: Bom dia, eu tenho 60 anos, entro na faixa excluída da vacina, caso ela venha. A minha região realmente é uma região problemática, já estamos na fase da dengue hemorrágica; então, como é uma região na Zona Leste, com falta de agentes de saúde, agentes de endemia, onde 15 agentes não vão fazer nem pum na história lá da minha região, que é o Partenon, onde eu moro, e na região leste, onde eu trabalho. A minha preocupação é essa falta de eficiência ali na ponta, porque eu sou usuária de posto de saúde, e me faz falta agente comunitário, o IMESF, agente de epidemia, que o DMLU recolha todas as árvores continuam caídas, que o DMAE, pelo amor de Deus, não me deixe faltar água na região do Morro da Cruz, lá no Partenon, pelo amor de Deus, que a CEEE, incompetente, ineficiente, pelo menos traga a luz para que o nosso pessoal tenha a água, higiene... Água começa a faltar, falta muito naquela região; é uma das coisas mais principais para higienização; quando acumula essa água da dengue, realmente é um local extremamente precário nessa questão da assistência à saúde; então, só lamento vereador, 15 concursados da endemia é pouco, é pouco; no mínimo, o senhor falou em 600, o que seria 100 hoje? Porcaria nenhuma, é zero assistência. Se já existem casos de dengue hemorrágica na minha região, é que essa pessoa não pegou uma vez só. Posso ser ignorante na questão da saúde, estou preocupada com a minha saúde também. No momento em que eu pegar uma dengue da vida, onde eu vou me salvar? Eu quero essa informação, sim, eu desejaria que essa informação chegasse até mim, porque a escola se fecha naquele mundo, desculpe senhor educador, fecha-se naquele mundo acadêmico e morre ali, porque a comunidade, a sociedade não é comunicada onde vai ser o ponto de coleta de teste, onde é a vacinação, e por que nós, acima dos 60, não estamos contemplados, por que a Secretaria de Saúde dessa cidade não nos alcança. Nós somos a ponta, nós somos os usuários. Eu estou indignada com essa falta de comunicação da Prefeitura conosco, que somos pagadores de impostos. O meu IPTU está em dia, vereadores; eu estou cobrando isso agora. Muito obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito bem, presidente, nas falas aqui muitos acabaram mencionando a respeito dos Agentes de Combate às Endemias; peço que a comissão possa fazer uma consulta formal a Procuradoria Geral do Município, bem como à Secretaria Municipal de Saúde sobre a possibilidade da contratação de Agentes de Combate às Endemias terceirizados; se há algum impeditivo legal, dentro da legislação, para que a gente possa parcerizar ou terceirizar o serviço de Agentes de Combate às Endemias na cidade de Porto Alegre.

Eu falo aqui com a Maria Celeste, do Ministério da Saúde, porque eu não senti, Maria Celeste, eu não observei que a senhora tenha respondido de forma objetiva, as minhas perguntas, quando fiz no início. A senhora não respondeu de forma objetiva, o porquê o governo federal não comprou a vacina japonesa no ano passado, quando poderia ter feito, e se isto foi um erro ou um acerto, por que esperou a produção da vacina nacional. E também no ponto da vacina nacional, a senhora não me respondeu quais foram os critérios que o Rio Grande do Sul deixou de atender para receber a vacina. A senhora falou que - na verdade pulverizou a responsabilidade -, falou que a responsabilidade não é do Ministério da Saúde, existe uma comissão tripartite, há outros *players*. Sim, mas quem define, quem define é o Ministério. O Ministério adotou esta política de ter a consulta ao Conselho dos Secretários de Saúde, o Ministério que fez essa escolha com relação à vacina. E como bem disse a senhora: a vacina não é a solução. A senhora diz que acredita na Ciência e afirmou: a vacina não é a solução, mas é parte da solução. E aí nós temos aqui, inclusive o ponto que, cerca de apenas 10% dos municípios do País receberam a vacina. E é um pleito aqui da cidade de Porto Alegre, isso tem sido repetido diversas vezes na Câmara de Vereadores e também na sociedade, para que a gente possa entender o

motivo que o Rio Grande do Sul e a cidade de Porto Alegre não receberá a vacina. De forma objetiva, quais os critérios que não foram atingidos, e se poderia também, o Ministério da Saúde escolher uma outra forma de definição sobre quem define os critérios e quem será atendido. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigado, vereador. A Sra. Maria Celeste está com a palavra.

SRA. MARIA CELESTE SILVA: Eu quero registrar que a vacina é uma das estratégias no combate à dengue. Acho que aqui a reunião foi feliz em falar e apontar várias questões que fazem parte desse conjunto.

A Portaria nº 3.160, de 09 de fevereiro, traz bem claro quais são os critérios elencados, e posso aqui ler, enfim, no art. 8º, parágrafo primeiro, quais são os casos de emergência em saúde pública que habilita o Município ou Estado para a busca deste recurso - acho que, inclusive, o Ver. Oliboni já citou isso, mas posso repetir. Para fins desse Capítulo, são casos de emergência em saúde pública; primeiro, situações epidemiológicas, considerando os seguintes fatores: risco de disseminação nacional; agentes infecciosos inesperados; reintrodução da doença erradicada; gravidade elevada; e extrapolação da capacidade de resposta municipal ou estadual. Parágrafo dois: situações de desastre, considerando seguintes fatores: emergência ou calamidade pública, ausência de condições de atendimento; parágrafo terceiro: situações de desassistência à população, considerando os fatores de risco à saúde dos cidadãos, por incapacidade ou insuficiência de atendimento às demandas de ação de serviço público; extrapolação da capacidade e resposta municipal ou estadual. Para os fins deste Capítulo define-se resposta como a prestação de serviço de emergência, vigilância e atenção à saúde durante ou imediatamente após uma emergência. Parágrafo terceiro: a obtenção de recursos para financiamento das demais fases de gestão de uma emergência, inclusive por intermédio do art. 8º, inciso I e II dessa Portaria de Consolidação, não é objeto desse capítulo. Aí vem

todo o art. 8º, que traz o plano de ação, todas as questões que eu posso inclusive encaminhar para a presidente desta Comissão...

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): E quais foram os critérios que o Rio Grande do Sul não atendeu?

SRA. MARIA CELESTE SILVA: A colega aqui da secretaria municipal colocou, inclusive, na lâmina que foi apresentada ontem pelo secretário Fernando, também, a linha histórica do porquê de um dos critérios ali elencados da doença neste Estado do Rio Grande do Sul. Então eu acho que está bem respondido...

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Não, não está respondido, qual é o critério. Eu não entendi, Presidente, a senhora sabe quais são os critérios, Presidente, que o Rio Grande do Sul não atendeu para receber a vacina? De forma objetiva.

SRA. MARIA CELESTE SILVA: O Rio Grande do Sul e os municípios têm que declarar a situação de emergência, foi isso que eu acabei de ler, a situação de emergência com relação à doença para solicitar os recursos. Os recursos estão lá, assim que o município e o Estado do Rio Grande do Sul...

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Para a vacina.

SRA. MARIA CELESTE SILVA: Para a vacina, também para a vacina. Essa é uma questão. Entendo que está encaminhado, posso responder isso para a presidência.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Se há uma questão? Qual seria a outra? A gente é perguntado, nós somos questionados pelas pessoas. Quais são os critérios, de forma objetiva, que fizeram com que o governo federal...

SRA. MARIA CELESTE SILVA: Acabei de ler o que está na Portaria... A partir da linha histórica determinada dos casos que já tem acontecido aqui. A secretária adjunta mostrou. Nos últimos 10 anos tem critérios estabelecidos. Mudou isso? *ok*, encaminha também. O esforço de o governador ir até o Ministério, foi nesse sentido de prevenção. Então é nesse sentido que estão sendo colocados os critérios elencados. Não é só pelo Ministério. Vou repetir, vereador, pelo Conselho Nacional dos Secretários Estaduais e de todos os governos de todas as diferentes matizes, pelo Conselho Nacional dos Secretários Municipais das cidades do Brasil todo – o secretário Fernando, inclusive tem acento nacional neste Conselho. Pactuaram os critérios elencados através da Portaria, está muito claro. Bom, há uma mudança porque estamos numa iminência de efetivamente acontecer isso, secretarias e Estado têm que se colocar. Agora, verdadeiramente, nós temos 6,5 milhões de doses de vacinas para o público alvo de 10 a 14 anos para serem distribuídas a partir dos critérios elencados.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Essa é a nacional?

SRA. MARIA CELESTE SILVA: Nacional.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): E a japonesa poderia ter sido comprada?

SRA. MARIA CELESTE SILVA: Desculpa, desculpa, essa vacina é a vacina chamada Qdenga, que não é a nacional, é a japonesa.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): É a japonesa, e ela poderia ter sido comprada no ano passado?

SRA. MARIA CELESTE SILVA: Foi comprada no ano passado, houve a produção, está sendo entregue, e começou a ser entregue a partir deste mês de janeiro e fevereiro.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): E a outra vacina depende da autorização da Anvisa.

SRA. MARIA CELESTE SILVA: Exatamente, a autorização da Anvisa saiu o início de janeiro, foi sendo entregue agora e está sendo entregue agora nessa produção.

Quero registrar também, acho que a senhora ali fez a referência de que o público-alvo está fora, a idade dela, a nossa idade, estamos fora. Então quero aqui registrar que essa preocupação do Ministério, do Conass e do Conasems também, está sendo desenvolvida, começou na sexta-feira, dia 16, uma pesquisa na cidade de Guaratiba, no Rio de Janeiro, exatamente para um público alvo da população adulta. Nós precisamos tratar disso, estamos tratando. Quero registrar que é uma pesquisa que será aplicada em 20 mil voluntários, de 18 a 40 anos, para que possamos avançar nessa categoria, porque a gente sabe que os óbitos têm acontecido também, especialmente na população idosa. Então é esse esforço coletivo que se tem feito e que o Ministério da Saúde não tem se omitido, inclusive da prevenção. Nós tínhamos R\$ 258 milhões para a questão da vigilância sanitária no País como um todo, já aumentamos o recurso para R\$ 1,5 bilhão de recurso disponível para esta área nesse sentido. Está avançando, estamos tomando as providências para isso, e vamos continuar tomando as providências. Obviamente, municípios e estados também estão fazendo a sua parte.

Quero registrar, mais uma vez, não é só a questão da vacinação, é uma campanha que tem que envolver toda a nossa sociedade, nós temos que estar muito firmes neste combate a esta provável endemia que teremos novamente no País, agora de uma forma maior, envolvendo outros estados, porque aqui no Rio Grande do Sul, como mostrados os dados, não tínhamos esse número expressivo de casos. Inclusive né começando a partir de março, nós já estamos em fevereiro, já estamos com casos aqui em Porto Alegre, então tem que ser um esforço coletivo. Não há omissão de nossa parte, não terá a omissão de nossa parte, e nós queremos coletivamente, como foi montada a estratégia

Pauta: Dengue, fiscalização, combate, ações e vacina.

nacionalmente com os governadores, com os municípios para que efetivamente a gente possa combater coletivamente essa endemia que está batendo à nossa porta. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni, proponente da pauta, está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pois então, eu quero agradecer aqui a sensibilidade da comissão em poder pautar esse assunto como a primeira reunião do ano. É um assunto que preocupa a todos nós. Na próxima reunião, se eu não me engano, teremos a prestação de contas do Município de Porto Alegre, e nós podemos continuar debatendo com o governo ações concretas em relação à questão do combate a essa epidemia. Também podemos levantar as seguintes questões: primeiro, tem uma resolução, que seria importante a comissão publicizar no *site* da Câmara, essa resolução que diz os critérios e uma série de questões que os estados e municípios, ao aderirem a esse recurso tão significativo, que eu acho que está incluída a questão da vacina e outros procedimentos, como também a aumento de servidores, tem que se obedecer determinados critérios. E esses critérios estão todos na resolução, isso serve para nós, num debate, serve para o governo, num debate, serve para o Estado, serve para inúmeras lideranças que possam divulgar por que o Rio Grande do Sul ainda não aderiu ou o Município não aderiu. É preciso atingir determinada fase aqui que consta bem na resolução. Por um outro lado, colegas aqui levantaram várias questões, e eu fiz aqui um pequeno resumo, queria ver se contempla a todo mundo aqui. Primeiro, uma campanha, é preciso ter uma campanha realmente que atinja a mídia, que se gaste um pouco com os veículos de comunicação. Queiram ou não, com a volta às aulas, enfim todo mundo está retornando do litoral, como tu falaste, muitas pessoas que viajaram... e realmente o pico vai acontecer logo em seguida. Então, em função disso, presidente, eu queria solicitar à Comissão que a gente possa abrir uma brecha para, no final de março, nós voltarmos a debater o assunto. Se não der aqui na Comissão, a gente

pode debater no plenário, pode convidar novamente o secretário ou a diretora-geral aqui da Secretaria de Saúde, a Fernanda Fernandes, para poder sempre estarmos atualizados com a dura realidade que poderemos enfrentar em relação à covid em Porto Alegre. Alguns encaminhamentos são fundamentais, além da questão da mídia, da educação, da comunicação, da divulgação, é o seguinte: chamar os concursados, isso é o mínimo, primeiro ponto. Nós precisamos ampliar, o Ramiro traz a questão aqui nem que seja terceirizado, eu não sei se a resolução prevê isso, porque fala ali em pagamento de servidores, se tem que ser temporário ou permanente. Eu defendo que seja concursado, porque, com relação à situação climática, trazida aqui pelo colega, vereador, realmente é delicado. Nós precisamos ter um número significativo na cidade, Fernanda, e não temos, seja de agentes comunitários, de agentes de endemias, não temos. Precisamos avançar nisso. Então a Comissão faz esse apelo: com certeza o aumento de servidores. A disponibilização de testagem, a Fernanda já falou aqui que está havendo inclusive, orienta para que todo mundo busque a unidade de saúde mais próxima. Disponibilizar repelentes, também a secretaria confirma aqui que vai disponibilizar repelentes, já está disponibilizando repelentes e aumento de servidores. A Claudia Canatta traz aqui a questão dos EPIs – EPIs são fundamentais. O repelente não deixa de ser um EPI, mas muitas outras questões têm que ser atualizadas. Possivelmente a presidente da associação está trazendo esse tema? Não está. Recolhimento do lixo, o próprio Ramiro e outros colegas vereadores falaram da situação em determinadas regiões, como o José Carlos Vieira trouxe aqui dessa região. Fornece o endereço, nós vamos ligar para o DMLU, nós tentamos contato. O senhor não pode ter a pressão de alguém, como o senhor falou aqui, é delicadíssimo dizer isso: “O senhor foi o cara que levou o lixo naquele terreno público e agora está sendo cobrado”. O senhor tem que procurar inclusive o DMLU regional...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Olha aí, ele está dizendo que procurou o governo, e o governo... mas a Comissão de saúde fará um contato, então, presidente, para poder melhorar essa relação.

Outra questão que aqui não foi abordada, mas eu já falei com o secretário, falei que o secretário adjunto, o governo federal passou a pagar, Lourdes, eu nem tinha levantado esse assunto, a questão do salário... o agente comunitário de saúde, o agente de endemias tem um piso salarial. O governo municipal, em janeiro, não pagou o piso, porque, segundo informações do governo, esse recurso veio atrasado, o governo já recebeu o seu recurso. E a informação que eu tenho é que pagará agora na, folha de fevereiro, essa diferença e o salário já atualizado, Confirma isso, Fernanda? Porque tanto o César como o secretário me confirmaram que agora, nesse final de mês, pagaria essas diferenças atualizadas. Então, essa informação é positiva, acho que é o mínimo do mínimo que pode acontecer. E obviamente, voltaremos a discutir este assunto. Agradeço aqui a todos pelo enorme esforço de todos vocês, principalmente à Celeste, que veio aqui representando a superintendência do Ministério da Saúde, a gente fica muito feliz, era uma vereadora atuante aqui, foi presidente aqui da Casa, como a Fernanda, sempre disponível, servidora pública; e tantos companheiros e companheira aqui como Sindisaúde, Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Porto Alegre, Conselho Municipal de Saúde, a Fazenda, que tem um papel fundamental aqui para pagar direitinho e ficar de olho aqui nessas campanhas. Agradeço a todos, presidente, Cláudia e Lourdes, com louvor aqui da nossa reunião. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Eu só queria fazer um complemento sobre as informações do lixo. Foram mais de 2,5 mil árvores que caíram nesse megatempestade, e está sendo feito por quarteirão. Eu também estou cobrando todo o dia. No meu bairro, as ruas ainda estão com muitas árvores cortadas. E vai chegar lá, eles têm uma previsão mais rápida, mas o seu caso é especial. Nós já vamos tratar.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h04min.)

TEXTO SEM REVISÃO